

ACTA Nº 25

Ao vigésimo quinto dia do mês de novembro de dois mil e catorze, reuniu o Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social, na sala 4G4.

Esta reunião foi convocada pelo Presidente do Conselho Pedagógico com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações
- 2- Regulamento Mobilidade Académica
- 3- Regulamento creditação de competências académicas
- 4- Regulamento creditação de competências profissionais
- 5- Assuntos supervenientes

À reunião estiveram presentes: Rosário Correia; João Rosário; Carla Medeiros; Ana Raposo; António Belo; Ricardo Rodrigues; Paulo Barbosa; Jorge Veríssimo; Maria João Centeno; Elisabete Semedo; Pedro Mateus; Joana Marques Lopes; Rute Cotrim; Tiago Nascimento e Jaime Lourenço

Não estiveram presentes; Maria José Mata; Filipa Subtil; Filipe Montargil; Filipe Quirino; Gonçalo Brandão; Cláudio Nunes e Nuno Flores, que justificaram a sua falta, e Bruno Cozetti e Inês Santos que não justificaram a sua falta.

Relativamente ao ponto de informações o Presidente referiu que a Direção tinha recebido uma carta da Faculdade de Arquitetura a denunciar uma

situação de plágio por parte de uma dissertação de mestrado apresentada na ESCS relativamente a uma outra daquela instituição. Assim, pela primeira vez seria aberto um processo disciplinar com vista à anulação de um grau.

O presidente referiu que este caso deveria servir de alerta para toda a comunidade, quer para os estudantes no sentido de evitarem estas situações e terem todo o cuidado em termos de identificação das fontes, quer para os docentes, no sentido de tentarem prevenir estas situações.

A conselheira Ana Raposo referiu que o IPL tem uma licença para um software que auxilia na detecção de plágio. O conselheiro Jorge Veríssimo disse não ter conhecimento da existência dessa aquisição por parte do IPL, mas que a escola irá informar-se, pois está a ponderar adquirir a licença para o uso de uma ferramenta deste tipo.

De seguida foi posta à discussão a proposta de Regulamento Mobilidade Académica.

O presidente explicou o âmbito e a estrutura deste regulamento. Foram esclarecidas algumas dúvidas e corrigidas algumas gralhas.

Relativamente ao artigo 7º foi proposto acrescentar o seguinte parágrafo:

“No caso da classificação da escala europeia de comparabilidades envolver um intervalo de valores, a classificação a atribuir será o valor médio desse intervalo, arredondando-se por excesso quando necessário.”

A proposta de regulamento foi aprovada por unanimidade e fica como anexo 1 a esta ata.

Foi apresentada a proposta de alteração ao Regulamento de creditação de competências académicas, tendo sido explicadas quais as principais alterações a propor.

Tendo sido esclarecidas algumas dúvidas, foram propostas as seguintes alterações ao documento apresentado:

- Retirar “e formação pós-secundária” do preâmbulo;
- No artigo 2º substituir Decreto-lei 74/2006 por Decreto-lei 115/2013 de 7 de agosto de 2013;
- Na introdução do artigo 4º substituir “podem ser” por “são”;
- Nos artigos 4º e 5º substituir “currículo académico global” por “currículo académico”

A proposta de regulamento foi aprovada por unanimidade e fica como anexo 2 a esta ata.

Foi apresentada a proposta de alteração ao Regulamento de creditação de competências profissionais, tendo sido explicadas quais as principais alterações a propor.

Tendo sido esclarecidas algumas dúvidas, foram propostas as seguintes alterações ao documento apresentado:

- No preâmbulo acrescentar “Previamente à instrução do processo o aluno deve contactar o diretor de curso no sentido de obter apoio sobre a forma como preparar os documentos necessários á instrução e conclusão do processo”
- No artigo 1º acrescentar “pelos alunos” ;
- No artigo 2º substituir Decreto-lei 74/2006 por Decreto-lei 115/2013 de 7 de agosto de 2013;

A proposta de regulamento foi aprovada por unanimidade e fica como anexo 3 a esta ata.

Nos assuntos supervenientes a conselheira Rute Cotrim pediu para referir algumas situações que diziam respeito ao funcionamento da ESCS, e em particular ao curso de AM. Em primeiro lugar, questionou a disponibilidade das salas de laboratório multimédia fora do horário letivo, nomeadamente aos sábados, pois não lhes foi autorizada a utilização dessas salas, quando estavam fechadas.

O conselheiro Jorge Veríssimo referiu que tal situação não estava de acordo com as instruções da direção e que iria fazer algumas diligências no sentido de esclarecer essa situação. Aproveitou ainda para informar que a direção está a equacionar uma solução para aumentar os postos de trabalho com suites Adobe.

Em segundo lugar, foram referidos os problemas na inscrição aquando das matrículas, sobretudo ao nível da escolha das opcionais. O conselheiro Jorge Veríssimo referiu que tal situação se deveu às limitações do software de gestão académica e que têm pressionada a empresa proprietária desse software no sentido de resolverem estas limitações.

Os conselheiros Joana Lopes e Jaime Lourenço referiram a limitação do horário da biblioteca. O conselheiro Jorge Veríssimo referiu que tal situação se deve a limitações de pessoal e a dificuldades burocráticas por parte do IPL para encontrar soluções que compensem a falta de pessoal.

Foram ainda apresentadas algumas dúvidas sobre a introdução da nova forma de avaliação periódica. O Presidente esclareceu essas dúvidas e pediu para que sempre que surgissem algumas questões o consultassem.

Foi ainda referida pelo conselheiro Pedro Mateus (? confirmar se foi o Pedro) a dificuldade dos alunos Erasmus causada pelas limitações no funcionamento das aulas de Português, tendo sido sugerido que estas aulas pudessem começar mais cedo. O conselheiro Jorge Veríssimo referiu ainda que se tentaria alargar a oferta formativa em inglês.

Não havendo assuntos supervenientes a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião.

Lisboa, 25 de novembro de 2014

O PRESIDENTE CONSELHO PEDAGÓGICO

(António José da Cruz Belo)